



Ofício nº 381-GP/2024

Em, 24 de junho de 2024.

A Sua Excelência

ANDRÉ LUIZ BAIER

MD Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

NOVA MAMORÉ - RO

ASSUNTO: ALTERAÇÃO DO ANEXO II METAS FISCAIS.

Senhor Presidente,

Pelo presente, informamos que o Poder Executivo municipal tem a necessidade de efetuar a alteração do **Projeto de Lei nº 065-GP/2024 de 07 de maio de 2024 que Dispõe sobre as Diretrizes para Elaboração e Execução da Lei Orçamentária Anual - LDO para o Exercício Financeiro de 2025 e dá outras providências**, no Anexo II de Metas Fiscais, referente à Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado DOCC (Anexo II - página 16), onde deverá ser informado a despesa relacionada à Parceria Público-Privada (PPP) Serviço Público de Manejo de Resíduos Sólidos, conforme estabelecido no art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).

Vale ressaltar que o Poder Executivo, conforme estabelecido no § 3º do Art. 106 da Lei Orgânica do Município de Nova Mamoré, poderá enviar mensagem a Câmara, para propor a modificação do projeto de lei orçamentária, enquanto não iniciada a votação da parte que desejar alterar.

Informamos que o valor da despesa prevista para o exercício de 2025 com Parceria Público-Privada (PPP) Serviço Público de Manejo de Resíduos Sólidos será de R\$ 5.248.000,00 (cinco milhões e duzentos e quarenta e oito mil reais), o qual deverá ser incluído no Anexo II de Metas Fiscais - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado DOCC do município.

Ressaltamos a importância desta alteração para o adequado planejamento e execução das despesas relacionadas à referida PPP Serviço Público de Manejo de Resíduos Sólidos, conforme Modelagem Econômica Financeira em anexo, a fim de garantir a transparência e a responsabilidade na gestão fiscal do município.

Solicitamos, portanto, a devida apreciação e aprovação por parte dos nobres vereadores da Câmara Municipal para a inclusão da mencionada despesa no Anexo II de Metas Fiscais, conforme as disposições legais vigentes.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários e agradecemos antecipadamente pela atenção e colaboração da Câmara Municipal nessa importante questão.

Atenciosamente,

MARCÉLIO RODRIGUES UCHOA
Prefeito do Município de Nova Mamoré

Sede: Prefeitura do Município de Nova Mamoré-RO Gabinete do Prefeito - E-mail: gabinete@novamamore.ro.gov.br
Av. D. Pedro II, nº 7096, bairro João Francisco Clímaco, Nova Mamoré-RO CEP: 76.857-000 Fone: (69) 3544-2269



Documento assinado eletronicamente por **MARCELIO RODRIGUES UCHOA, PREFEITO**, em 25/06/2024 às 09:18, horário de Nova Mamoré/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 7.948 de 17/01/2024](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.novamamore.ro.gov.br, informando o ID **45513** e o código verificador **C4C46DE1**.

Cientes			
Seq.	Nome	CPF	Data/Hora
1	FLORISMAR BARROSO RODRIGUES	***.398.732-**	24/06/2024 16:47
2	CLAUDIO VASCONCELOS VEDANA	***.145.999-**	25/06/2024 11:58

Anexos			
Seq.	Documento	Data	ID
1	Estudo conforme Modelagem Econômica Financeira	24/06/2024	45515
2	Anexo ANEXO II METAS FISCAIS	24/06/2024	45557

Docto ID: 45513 v1

MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE PRIVADO (MIP)

RESÍDUOS SÓLIDOS
NOVA MAMORÉ/RO



PRODUTO 3 – MODELAGEM ECONÔMICO-FINANCEIRA

EMPRESA INTERESSADA

DMTR
—
ENGENHARIA

ID: 45515 e CRC: 1D15331C

Deméter Engenharia Ltda - EPP
CNPJ nº 10.695.543/0001-24
R. Cláudia, 239 - Giocondo Orsi
Campo Grande/MS - CEP 79.022-070
(67) 3351-9100
www.demeterengenharia.com.br / administrativo@dmtr.com.br



PREFEITURA DE
NOVA MAMORÉ



MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE PRIVADO (MIP)

RESÍDUOS SÓLIDOS
NOVA MAMORÉ/RO



PRODUTO 3 – MODELAGEM ECONÔMICO-FINANCEIRA

EMPRESA INTERESSADA

DMTR
—
ENGENHARIA

ID: 45515 e CRC: 1D15331C

Deméter Engenharia Ltda - EPP
CNPJ nº 10.695.543/0001-24
R. Cláudia, 239 - Giocondo Orsi
Campo Grande/MS - CEP 79.022-070
(67) 3351-9100
www.demeterengenharia.com.br / administrativo@dmtr.com.br



PREFEITURA DE
NOVA MAMORÉ



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MAMORÉ/RO

Av. Dom Pedro II, n. 7.096 – João Francisco Clímaco

CEP: 76.857-000

Telefone: (69) 3544-2269

Endereço eletrônico (website): <https://www.novamamore.ro.gov.br/>**CONSELHO GESTOR DE CONCESSÕES E PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS (CGCPPP) DO MUNICÍPIO DE NOVA MAMORÉ/RO****Decreto Municipal n. 7.240-GP de 22 de novembro de 2022**

Presidente do CGCPPP: Caio Cesar Leite Rodrigues Titular: Alessandra Mamede Bastos	Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMA)
Titular: Ronaldo Ananias da Silva Suplente: Francirney Pereira Soares	Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura (SEMOBI)
Titular: Jorge Oliveira do Nascimento Suplente: Arlene Melo de Souza	Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania (SEMASC)
Titular: João Pedro da Silva Antelo Suplente: Lucélia de Oliveira Lima	Secretaria Municipal de Administração e Planejamento (SEMAP)
Titular: Arildo Moreira Suplente: Gislaine Moreira	Secretaria Municipal de Saúde (SEMUSA)
Titular: Izaías Euclides da Silva Suplente: Maria Rosineide Rodrigues de Menezes	Secretaria Municipal de Educação (SEMED)
Titular: Poliana Nunes de Limas Suplente: Marco Antônio Metchko	Procuradoria Geral do Município (PGM)
Titular: Marlene Martins Ferreira Suplente: Erivaldo Barbosa de Oliveira	Secretaria Municipal de Fazenda (SEMFAZ)
Titular: Vereador Fábio dos Santos das Chagas Suplente: Vereador André Luiz Baier	Câmara Municipal de Nova Mamoré

Nota: Integrantes do Conselho Gestor de Concessões e Parcerias Público-Privadas (CGCPPP) do município de Nova Mamoré/RO, responsáveis por acompanhar os estudos objeto desta Manifestação de Interesse Privado (MIP), conforme exposto no art. 14 do Decreto Municipal n. 7.240-GP de 22 de novembro de 2022.





PRODUTO 3 – MODELAGEM ECONÔMICO-FINANCEIRAServiços Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos

©2023 Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução de dados e de informações contidas nesta publicação, desde que não sejam usados para fins comerciais e que a fonte seja citada. As imagens não podem ser reproduzidas sem expressa autorização escrita dos detentores dos respectivos direitos autorais. Caso a proposta da presente Manifestação de Interesse Privado seja total ou parcialmente selecionada, estes direitos reservados, parcialmente ou totalmente, passarão de forma irrevogável, irretratável e incondicional à Prefeitura Municipal de Nova Mamoré/RO.

Estudo Técnico para Subsidiar a Contratação de Parceria Público-Privada para Prestação dos Serviços Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos

Produto 3 – Modelagem Econômico-Financeira

Campo Grande/MS, 2023

55 p.



ID: 45515 e CRC: 1D1SS31C



R. Cláudia, nº 239 - Giocondo Orsi
Campo Grande/MS - CEP 79.022-070
(67) 3351-9100
www.demeterengenharia.com.br / administrativo@dmtr.com.br



IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

Deméter Engenharia Ltda.

CNPJ n.: 10.695.543/0001-24
 Registro no CREA/MS: 7.564/D
 Cadastro do Ibama n. 4397123
 Endereço: Rua Cláudia, n. 239 - Bairro
 Giocondo Orsi - Campo Grande/MS
 CEP: 79.022-070
 Telefone/Fax: (67)3351-9100
 E-mail: administrativo@dmtr.com.br

COORDENAÇÃO

Fernanda Olivo

Bacharel em Engenharia Sanitária e Ambiental, Bacharel em Direito e Especialista em Perícia, Auditoria e Gestão Ambiental.
 CREA-MS: 12.185/D – Cadastro Ibama: 2635995

Lucas Meneghetti Carromeu

Bacharel em Engenharia Sanitária e Ambiental e Especialista em Perícia, Auditoria e Gestão Ambiental, MBA em Gestão de Projetos pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), Especialista em Georreferenciamento de imóveis urbanos e rurais e membro do *Project Management Institute* – PMI (n. 4331684).
 CREA/MS: 11.426/D – Cadastro Ibama: 2524352.

Neif Salim Neto

Bacharel em Engenharia Sanitária e Ambiental e Mestre em Agroecossistemas.
 CREA/MS: 9.803/D – Cadastro Ibama: 5068407.

Jorge Justi Junior

Bacharel em Engenharia Ambiental e Bacharel em Engenharia Civil
 CREA/MS: 16.407/D – Cadastro Ibama: 5068324.

SUPERVISÃO

Guilherme Jauri Mazutti Michel

Bacharel em Engenharia Ambiental

Vagner Alexandre Aparecido de Souza

Bacharel em Engenharia Ambiental e Mestre em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos – ProfÁgua

EQUIPE TÉCNICA

Caio Henrique Tegen

Bacharel em Direito

Douglas Alves de Lima Barbosa

Bacharel em Arquitetura e Urbanismo, especialista em Avaliação de Imóveis e Perícias Judiciais

Ewerton Valadão Ferreira de Paula

Bacharel em Engenharia Sanitária e Ambiental

Felipe Mattos de Lima Ribeiro

Bacharel em Direito

Josiane Barbosa Felipe

Bacharel em Engenharia Ambiental e Mestre em Tecnologias Ambientais

Marco Antônio Paredes Delgado

Graduando em Direito

Marcos Vinicius Travain Nascimento

Bacharel em Engenharia Sanitária e Ambiental e graduando em Ciências Contábeis

Maurício Almeida Demarchi

Auxiliar Administrativo

Olivia Meneghetti Carromeu

Bacharel em Jornalismo e Pedagogia

Priscilla Azambuja Justi

Bacharel em Arquitetura e Urbanismo, Tecnóloga em Saneamento Ambiental e Mestranda em Eficiência Energética e Sustentabilidade

Rayane Campos Carrijo

Bacharel em Engenharia Sanitária e Ambiental, Especialista em Gestão, Licenciamento e Auditoria Ambiental

Rodolfo Marcio de Queiroz

Bacharel em Geografia





APRESENTAÇÃO

A universalização do saneamento básico é uma demanda em destaque nacionalmente, principalmente em razão do advento do Novo Marco do Saneamento Básico (Lei Federal nº. 14.026/2020), que atualizou a Política Nacional de Saneamento Básico (Lei Federal nº 11.445/2007). Assim sendo, o seu efetivo alcance por parte dos municípios deve ser objeto de políticas públicas, programas governamentais de incentivo à execução de obras e elaboração de instrumentos de gestão, além de tema de discussões técnicas e políticas.

O dispositivo legal supracitado, em conjunto ao seu respectivo decreto regulamentador, busca permitir o fortalecimento da capacidade de planejamento e gerencial para prestação dos serviços públicos de saneamento básico, tornando-os mais eficientes e, conseqüentemente, promovendo um ambiente equilibrado e salutar para a população brasileira.

Neste sentido, a Deméter Engenharia Ltda. (DMTR), pautada no Decreto Federal n. 10.104/2019 e na Lei Estadual n. 609/2011, submeteu à Prefeitura Municipal de Nova Mamoré/RO uma Proposta de Manifestação de Interesse Privado (MIP) para desenvolvimento de estudos técnicos para subsidiar a contratação de Parceria Público-Privada – PPP para prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, cujos trabalhos foram autorizados por meio do Decreto Municipal n. 6.700 de 30 de março de 2022.

A MIP é um processo administrativo que viabiliza a formalização de pedidos pela iniciativa privada para realização de estudos relacionados a projetos de interesse do município em que o setor público terá a vantagem de obter os estudos e projetos sem precisar ter gastos imediatos e diretos. Quando a proposta parte do ente privado, os estudos e projetos são desenvolvidos por conta e risco da empresa, sob acompanhamento e fiscalização do município, comumente por meio de grupos específicos para esta finalidade.

A DMTR busca através desta MIP apoiar o município de Nova Mamoré/RO com uma solução técnica, econômica e jurídica para o sistema público de manejo de resíduos sólidos que promova benefícios de longo prazo, melhorando a qualidade de vida e a saúde da população, protegendo o meio ambiente e visando à plena adequação dos sistemas no caminho à universalização ditado pelo Novo Marco Legal do Saneamento.

Neste sentido, como apresentado na Proposta desta MIP, os estudos técnicos inseridos neste trabalho foram segregados como apresentado a seguir:



PRODUTO 3 – MODELAGEM ECONÔMICO-FINANCEIRAServiços Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos

- Produto 1 – Diagnóstico;
- Produto 2 – Modelagem Técnica-Operacional;
- **Produto 3 – Modelagem Econômico-Financeira; e**
- Produto 4 – Modelagem Jurídica.

Esta etapa dos estudos trata-se da Modelagem Econômico-Financeira dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos.



SUMÁRIO

Produto 3 – Modelagem Econômico-Financeira

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS	xv
LISTA DE FIGURAS	xvi
LISTA DE QUADROS	xvi
LISTA DE TABELAS.....	xvi
1 INTRODUÇÃO.....	19
2 OBJETOS DA PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA	21
3 CENÁRIOS DA MODELAGEM ECONÔMICO-FINANCEIRA	23
3.1 CENÁRIO 1	24
3.2 CENÁRIO 2.....	25
3.3 CENÁRIO PLANEJADO	26
4 METODOLOGIA APLICADA	29
4.1 FLUXO DE CAIXA LIVRE DO PROJETO	29
4.2 TAXA INTERNA DE RETORNO (TIR).....	30
5 MODELAGEM ECONÔMICO-FINANCEIRA	31
5.1 PREMISSAS MACROECONÔMICAS	32
5.2 CUSTO MÉDIO PONDERADO DE CAPITAL	32
5.3 CUSTOS DE INVESTIMENTO (CAPEX)	32
5.4 CUSTOS OPERACIONAIS (OPEX)	33
5.5 RECEITA DA CONTRAPRESTAÇÃO	34
5.6 CAPITAL DE GIRO	36
5.7 PREMISSAS FISCAIS E TRIBUTÁRIAS	37
5.8 FINANCIAMENTO.....	37
5.9 RESULTADOS DO MODELO ECONÔMICO-FINANCEIRO	39
5.9.1 Fluxo de Caixa Livre do Projeto	41
5.9.2 Demonstração do resultado do exercício	43
5.9.3 Balanço Patrimonial.....	45
5.9.4 Value for Money	47
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	55





LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPEX	<i>Capital Expenditure</i>
CGCPPP	Conselho Gestor de Concessões e Parcerias Público-Privadas
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
FCD	Fluxo de Caixa Descontado
FCL	Fluxo de Caixa Livre
FCLF	<i>Free Cash Flow to Firm</i>
FCLP	Fluxo de Caixa Livre do Projeto
GP	Gabinete do Prefeito
IRPJ	Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
ISS	Imposto sobre Serviços
MIP	Manifestação de Interesse Privado
OPEX	<i>Operational Expenditure</i>
PGM	Procuradoria Geral do Município
PIS	Programa de Integração Social
PMI	Procedimento de Manifestação de Interesse
PPC	Projeto Público de Comparação
PPP	Parceria Público-Privada
PPR	Projeto Privado de Referência
QID	Quadro de Indicadores de Desempenho
RO	Rondônia
SPE	Sociedade de Propósito Específico
TCU	Tribunal de Contas da União
TIR	Taxa Interna de Retorno
TMA	Taxa Mínima de Atratividade
UTR	Unidade de Triagem de Resíduos
VFM	<i>Value for Money</i>
VPL	Valor Presente Líquido
WACC	<i>Weighted Average Capital Cost</i>



LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Arranjo institucional proposto para a delegação dos serviços de manejo de resíduos sólidos do município de Nova Mamoré/RO.	21
Figura 2 – Fluxograma da modelagem econômico-financeira.	31

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Critério de medição dos serviços inseridos no objeto da PPP.	34
Quadro 2 – Premissas para cálculo das receitas de contraprestação.	34
Quadro 3 – Premissas de Capital de Giro.	36
Quadro 4 – Premissas das linhas de financiamento.	38

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Resultados do Cenário 1 (Nova Mamoré/RO).....	24
Tabela 2 – Resultados do Cenário 2 (Nova Mamoré/RO e Guajará-Mirim/RO), sendo a disposição final o único objeto da PPP.....	25
Tabela 3 – Resultados do Cenário Planejado (Nova Mamoré/RO).....	26
Tabela 4 – Premissas macroeconômicas por ano da concessão.	32
Tabela 5 – Capex Previsto (x R\$ mil).	33
Tabela 6 – Opex Previsto (x R\$ mil).	33
Tabela 7 – Projeção da demanda dos serviços.....	35
Tabela 8 – Projeção da receita de contraprestação (x R\$ mil).	35
Tabela 9 – Capital de Giro (x R\$ mil).	37
Tabela 10 – Premissas de tributação.	37
Tabela 11 – Tributos totais previstos (x R\$ mil).	37
Tabela 12 – Fluxo de Caixa Livre do Projeto (x R\$ mil).	41
Tabela 13 – DRE do projeto (x R\$ mil).	43
Tabela 14 – Balanço patrimonial do projeto (x R\$ mil).	45
Tabela 15 – Value for Money (x R\$ mil), PPC – Sem concessão.	51
Tabela 16 – Value for Money (x R\$ mil), PPR – Com concessão.....	52
Tabela 17 – Value for Money – diferença (x R\$ mil).....	52
Tabela 18 – Resumo da modelagem econômico-financeira do projeto.	53
Tabela 1 – Resultados do Cenário 1 (Nova Mamoré/RO).....	22
Tabela 2 – Resultados do Cenário 2 (Nova Mamoré/RO e Guajará-Mirim/RO), sendo a disposição final o único objeto da PPP.....	23
Tabela 3 – Resultados do Cenário Planejado (Nova Mamoré/RO e Guajará-Mirim/RO), sendo a implantação e operação de Aterro Sanitário com unidade de apoio operacional e Coleta Convencional Porta a Porta os únicos objetos da PPP.....	25
Tabela 4 – Premissas macroeconômicas por ano da concessão.	30
Tabela 5 – Capex Previsto (x R\$ mil).	31
Tabela 6 – Opex Previsto (x R\$ mil).	31
Tabela 7 – Projeção da demanda dos serviços.....	33
Tabela 8 – Projeção da receita de contraprestação (x R\$ mil).	34



PRODUTO 3 – MODELAGEM ECONÔMICO-FINANCEIRA

Serviços Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos

Tabela 9 – Capital de Giro (x R\$ mil).....	35
Tabela 10 – Premissas de tributação.....	35
Tabela 11 – Tributos totais previstos (x R\$ mil).....	35
Tabela 12 – Fluxo de Caixa Livre do Projeto (x R\$ mil).....	39
Tabela 13 – DRE do projeto (x R\$ mil).....	41
Tabela 14 – Balanço patrimonial do projeto (x R\$ mil).....	43
Tabela 15 – Value for Money (x R\$ mil), PPC – Sem concessão.....	49
Tabela 16 – Value for Money (x R\$ mil), PPR – Com concessão.....	50
Tabela 17 – Value for Money – diferença (x R\$ mil).....	50
Tabela 18 – Resumo da modelagem econômico-financeira do projeto.....	51





1 INTRODUÇÃO

A instituição de Parcerias Público-Privadas (PPP) deve possuir dentre suas diretrizes a repartição objetiva de riscos entre as partes e a sustentabilidade financeira do projeto, conforme determina a Lei Federal n. 11.079/2004 que institui normas gerais para licitação e contratação de PPPs no âmbito da administração pública. Para verificar tal sustentabilidade é realizado estudo de viabilidade econômico-financeiro, etapa fundamental para verificar se a prestação dos serviços será viável, atrativa para as partes e passível de garantia de execução ao longo do período de concessão.

Assim, o presente estudo objetiva apresentar a análise de viabilidade econômico-financeira do modelo de manejo de resíduos sólidos proposto para o município de Nova Mamoré/RO. Para tanto, a presente modelagem baseou-se nos dimensionamentos e soluções técnicas apresentadas no estudo precedente (Produto 2 - Modelagem Técnica-Operacional).

O presente produto se inicia com a apresentação dos serviços e infraestruturas que irão compor o objeto da contratação (Capítulo 2). Em seguida, são apresentados os cenários da modelagem (Capítulo 3), onde foi ponderado arranjo regional de compartilhamento da infraestrutura do Aterro Sanitário, para conferir menos onerosidade aos cofres públicos de Nova Mamoré/RO e de localidades do entorno a partir do ganho de escala dos serviços e consecutiva economicidade nos valores a serem empenhados pelas gestões públicas. Na sequência, é exposta a metodologia escolhida para análise de viabilidade (Capítulo 4), com exposição de fundamentos teóricos e métodos de cálculo. A modelagem econômico-financeira (Capítulo 5) apresenta as premissas adotadas, fórmulas aplicadas e os resultados do modelo. Por fim, são apresentadas as considerações finais e síntese do estudo (Capítulo 6).





2 OBJETOS DA PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA

Com base na estruturação técnica dos serviços e infraestruturas envolvidos na gestão e operação do sistema de manejo de resíduos sólidos e nas alternativas de prestação dos serviços, bem como considerando o planejamento da Administração Municipal, são apresentados a seguir a relação de serviços inicialmente propostos como objeto da concessão, a qual terá a Prefeitura Municipal de Nova Mamoré/RO como figura do Poder Concedente:

- Coleta convencional na modalidade Porta a Porta (PaP) na área urbana, e na modalidade coletiva na área rural;
- Coleta seletiva de resíduos recicláveis na modalidade PaP e acondicionamento em Locais de Entrega Voluntária (LEVs) na sede urbana;
- Implantação e operação de aterro sanitário para resíduos sólidos urbanos e domiciliares – Classe II-A (não perigosos e não inertes), com unidade de apoio gerencial e incluindo a readequação da área do vazadouro a céu aberto (lixão);
- Implantação, aparelhamento e manutenção de Unidade de Triagem de Resíduos Sólidos (UTR);

Cabe destacar que a atividade de Educação Ambiental deve ser executada na PPP, pois é relativa à gestão e gerenciamento de resíduos sólidos. Os serviços supracitados constituem o objeto inicialmente proposto para a PPP. Entretanto, o Capítulo 3 aborda a viabilidade econômico-financeira dos serviços, onde indica que não é possível licitar todos os serviços anteriormente definidos. O arranjo institucional proposto para implementação da concessão dos serviços será composto basicamente por quatro atores fundamentais, que juntos formarão os pilares de sustentação desta contratação pública, como mostrado na Figura 1.



Figura 1 – Arranjo institucional proposto para a delegação dos serviços de manejo de resíduos sólidos do município de Nova Mamoré/RO.

Fonte: Autores.



A Concessionária, que obrigatoriamente será uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), será o ator que terá como função principal a prestação com qualidade e eficiência dos serviços públicos objetos da Concessão, de acordo com os instrumentos norteadores da contratação e atendendo a legislação vigente, buscando o melhor desempenho operacional possível, minimização dos impactos socioambientais e atendimento às especificações e normas trabalhistas, ambientais e outras voltadas ao serviço.

O Poder Concedente, isto é, a Prefeitura Municipal de Nova Mamoré/RO é o ator que, através de seu corpo técnico e/ou consultorias independentes, fica responsável pela fiscalização e regulamentação dos serviços prestados pela Concessionária. A Agência Reguladora é o ator que deverá regular e fiscalizar os serviços prestados, assegurando que esses sejam adequados à comunidade nova-mamoreense e atenda todos os normativos legais vigentes, fomentando a harmonia de interesses entre o Parceiro Público e o Privado e, ainda, buscando o equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

Por fim, ressalta-se a comunidade nova-mamoreense como o ator cujo papel fundamental será contribuir através do controle social efetivo, incluindo a comunicação de quaisquer inconveniências e/ou falhas na prestação do serviço nos canais de atendimento ao consumidor/usuário específicos.

Destaca-se que a Prefeitura Municipal, se necessário, poderá realizar alterações nas estruturas funcionais de Conselhos já existentes, incluindo na legislação responsável pela criação e orientação da atuação dos mesmos a capacidade de realização de fiscalização e controle social dos serviços, bem como incorporando dentre os membros de tais Conselhos aqueles recomendados na legislação federal que trata do saneamento, para que assim seja promovido o efetivo controle social e o cumprimento da legislação federal vigente.



3 CENÁRIOS DA MODELAGEM ECONÔMICO-FINANCEIRA

Os cenários da modelagem neste produto consistem em alternativas plausíveis de ocorrer que podem afetar e/ou alterar os resultados econômico-financeiros da concessão. No escopo do presente produto, têm-se três cenários que consideram diferentes arranjos institucionais para os serviços almejados:

- Cenário 1: Nova Mamoré/RO (Subcapítulo 3.1);
- Cenário 2: Nova Mamoré/RO + Guajará-Mirim/RO (Subcapítulo 3.2); e
- Cenário Planejado (Subcapítulo 3.3)

Cabe salientar, previamente, que os resultados dos estudos da MIP determinam o “Cenário Planejado” do presente produto como a melhor opção para a viabilidade da PPP e que os cenários apresentados tanto no Produto 3 – Modelagem Econômico-Financeira, quanto no Produto 2 – Modelagem Técnica-Operacional, foram elaborados para análise específica de cada modelagem.

A consideração de cenários surge do fato de que a operação de um Aterro Sanitário demanda altos custos e a possibilidade de compartilhar o uso da infraestrutura representa grande potencial de exploração de receitas acessórias. Assim, receitas advindas do compartilhamento da infraestrutura representam uma possibilidade de se auferir ganhos para propiciar a sustentabilidade econômico-financeira do projeto, contribuindo para diminuir os valores impostos ao Poder Concedente.

Considerar então que Nova Mamoré/RO via SPE ofereça o serviço de disposição final para outras localidades, como por exemplo Guajará Mirim/RO, permite a economicidade para ambos os municípios no que diz respeito ao valor de contraprestação requerido para viabilizar as operações e investimentos da SPE.

Assim, para cada cenário, apresenta-se neste Capítulo 3 de maneira sintética: a Taxa Interno de Retorno (TIR), o Payback, os valores totais de CAPEX e OPEX, o valor de contraprestação e o comprometimento da Receita Corrente Líquida (RCL) relativa ao município de Nova Mamoré/RO. Tais análises permitem entender as possibilidades de concessão dos serviços almejados pela gestão pública local, bem como a atratividade de parceiros público-privados.



3.1 CENÁRIO 1

O Cenário 1 considera a contratação dos serviços apenas para o município de Nova Mamoré/RO e a Tabela 1 apresenta os principais resultados da modelagem econômico-financeira para esse cenário.

Tabela 1 – Resultados do Cenário 1 (Nova Mamoré/RO).

Item	Unidade	Coleta Porta a Porta	Coleta Seletiva	Unidade de Triagem	Aterro Sanitário	Todos os serviços
TIR Projeto	%	2%	< 0	7%	6%	11%
Payback	anos	28	-	14	18	9
Total CAPEX	x R\$ mil	17.975,15	4.506,76	3.578,10	58.745,86	82.641,85
Total OPEX	x R\$ mil	81.189,82	34.915,44	25.124,13	83.602,05	188.584,69
Contraprestação	R\$/ton.	421,80		-	754,73	-
	R\$/mês	-	108.000,00	116.000,00	-	-
VPL	x R\$ mil	-2.043,82	-2.726,11	-84,52	-1.943,07	6.007,19
Comprometimento RCL	%	2,00%	1,25%	1,34%	4,24%	9,65%

Fonte: Autores.

Nota: Os valores de CAPEX e OPEX apresentados neste produto possuem embutidos os custos de educação ambiental, recuperação do lixão e despesas gerenciais, que são de responsabilidade do parceiro privado.

Nota-se no Cenário 1 que quando considerada a contratação de todos os serviços (Coleta Porta a Porta, Coleta seletiva, Unidade de Triagem de Resíduos e Implantação e operação de Aterro Sanitário com unidade de apoio operacional) a contraprestação compromete 9,65% da Receita Corrente Líquida (RCL) do município de Nova Mamoré/RO, valor acima do limite de 5% estabelecido pela Lei Federal n. 11.079/2004. Isso demonstra a inviabilidade econômico-financeira de contratar todos os serviços do projeto de maneira conjunta, considerando apenas a receita do município de Nova Mamoré/RO.

Ao considerar-se a contratação dos serviços de maneira individual, como por exemplo, apenas a Coleta Porta a Porta, têm-se que o comprometimento da RCL (2,00%) permanece dentro do limite estabelecido em lei. A contratação do conjunto de serviços composto pela Coleta seletiva e UTR também compromete a RCL em um valor abaixo do limite estabelecido em lei, consistindo em um comprometimento de 2,59% da receita. Entretanto, considerar esse conjunto inviabiliza a contratação de outros serviços essenciais, como por exemplo, a coleta convencional e a implantação e operação de Aterro Sanitário com unidade de apoio operacional. Destaca-se a relevância desse último, pois a disposição final possui metas definidas nos normativos legais vigentes.

Já em um cenário regionalizado, conforme apresentado a seguir no Subcapítulo 3.2, é possível diminuir os custos do serviço de implantação e operação de



Aterro Sanitário com unidade de apoio operacional ao compartilhar a infraestrutura do Aterro Sanitário com os municípios do entorno.

3.2 CENÁRIO 2

O Cenário 2 considera o compartilhamento de serviços concessionados por Nova Mamoré/RO ao município de Guajará-Mirim/RO, especificamente o uso do aterro sanitário para disposição final de resíduos sólidos. Assim, a Tabela 2 apresenta a síntese dos resultados para o Cenário 2, considerando que o serviço de Implantação e Operação do Aterro Sanitário seja o único objeto do presente projeto de Parceria Público-Privada.

Tabela 2 – Resultados do Cenário 2 (Nova Mamoré/RO e Guajará-Mirim/RO), sendo a disposição final o único objeto da PPP.

	Unidade	Coleta Porta a Porta	Coleta Seletiva	Unidade de Triagem	Aterro Sanitário
TIR Projeto	%	-	-	-	7%
Payback	anos	-	-	-	15
Total CAPEX	x R\$ mil	-	-	-	69.972,67
Total OPEX	x R\$ mil	-	-	-	88.979,35
Contraprestação	R\$/ton.	-	-	-	462,00
	R\$/mês	-	-	-	-
VPL	x R\$ mil				-1.938,40
Comprometimento RCL de Nova Mamoré	%	-	-	-	2,28%

Fonte: Autores.

Nota: Os valores de CAPEX e OPEX apresentados neste produto possuem embutidos os custos de educação ambiental, recuperação do lixão e despesas gerenciais, que são de responsabilidade do parceiro privado.

Observa-se nesse arranjo do Cenário 2 o comprometimento de 2,28% da RCL do município de Nova Mamoré/RO, valor menor que o resultado do Cenário 1 e que não atinge o limite estabelecido na lei. A economia de escala gerada pelo compartilhamento da infraestrutura do Aterro Sanitário diminui significativamente o valor unitário do serviço de disposição final, nota-se a redução de R\$ 754,73/ton. no Cenário 1 para R\$ 462,00/ton. no Cenário 2, 38% de economia para ambos os municípios em relação ao desenvolvimento do serviço de forma isolada.

A partir dos resultados do Cenário 2, que demonstrou economicidade via compartilhamento da infraestrutura do Aterro Sanitário, é possível definir o cenário planejado, cenário com melhor estratégia para execução do projeto da PPP (vide Subcapítulo 3.3).



3.3 CENÁRIO PLANEJADO

O compartilhamento da infraestrutura, especificamente do Aterro Sanitário representa a melhor estratégia para viabilidade do projeto de PPP do ponto de vista econômico-financeiro. Por outro lado este cenário de compartilhamento tem um certo risco associado, uma vez que a adesão de município dos arredores, no caso Guajará-Mirim/RO, não pode ser diretamente vinculada à concessão, cabendo ao município oportunamente licitar e fazer a contratação dos serviços ofertados por Nova Mamoré/RO, estabelecendo concorrência ou não (inexigibilidade) por se tratar de uma região desassistida de infraestrutura de disposição final de resíduos.

Este risco é dirimido, através de um fortalecimento institucional de ambas as gestões públicas em prol da cooperação técnica de compartilhamento de infraestruturas para equacionamento das problemáticas existentes em ambos os municípios (ocorrência de disposição final em lixão, prática indevida segundo a Lei Federal n. 14.026/2020).

No âmbito dessa problemática, para os municípios de Nova Mamoré/RO e Guajará-Mirim/RO a Lei Federal n. 14.026/2020 estabelece o prazo até 2 de agosto de 2024 para que o poder público adote forma de disposição final ambientalmente correta dos rejeitos. Perante essa exigência legal, este projeto de PPP é atrativo e benéfico para ambos os municípios, pois realizar a disposição final via compartilhamento da infraestrutura do Aterro Sanitário, cumpre as exigências legais ao mesmo tempo em que incorre em economicidade para os cofres públicos.

O Cenário 2 permite observar melhoria nos valores da concessão com a oferta do serviço de disposição final em Aterro Sanitário para município do entorno. Contudo, em termos legais, o cenário planejado (Tabela 3) explora o comprometimento de receita para uso exclusivo de Nova Mamoré/RO.

Tabela 3 – Resultados do Cenário Planejado (Nova Mamoré/RO).

Item	Unidade	Coleta Porta a Porta	Coleta Seletiva	Unidade de Triagem	Aterro Sanitário
TIR Projeto	%				6%
Payback	anos				18
Total CAPEX	x R\$ mil				58.745,86
Total OPEX	x R\$ mil				83.602,05
Contraprestação	R\$/ton.				754,73
	R\$/mês				-
VPL	x R\$ mil				-1.943,07
Comprometimento RCL	%				4,24%

Fonte: Autores.

Nota: Os valores de CAPEX e OPEX apresentados neste produto possuem embutidos os custos de educação ambiental, recuperação do lixão e despesas gerenciais, que são de responsabilidade do parceiro privado.



Nesse cenário planejado, pode-se observar que o projeto apresenta uma TIR de 6% e um nível de comprometimento de 4,24% da RCL de Nova Mamoré/RO. Adianta-se que vindouros ajustes no projeto para atender maiores demandas, oriundas de outros municípios, possibilitará o ganho comum (diminuição de valores unitários), detalhes devidamente regrados no Produto 4 – Modelagem Jurídica.

Assim, o objeto da concessão administrativa foi definido como a implantação e operação de Aterro Sanitário com unidade de apoio operacional do serviço de disposição final de Nova Mamoré/RO. Tendo em vista esse cenário planejado escolhido, os capítulos subsequentes tratam do detalhamento da modelagem econômico-financeira da PPP, apresentando a metodologia aplicada nesse cenário e os resultados do modelo.





4 METODOLOGIA APLICADA

A metodologia utilizada para a análise econômico-financeira do projeto de contratação via PPP dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos de Nova Mamoré/RO baseia-se na técnica de fluxo de caixa descontado. Tal metodologia é amplamente utilizada em valoração de empresas, decisão de investimento de capital e análises de viabilidade de projeto.

Este capítulo inicia-se com conceito econômico de Fluxo de Caixa Livre do Projeto (FCLP) no Subcapítulo 4.1. Esse fluxo é interessante, do ponto de vista do empreendedor, para a análise da viabilidade do negócio e, também, para aferir rentabilidade. Em seguida, discorre-se sobre a metodologia de análise aplicada ao FCLP: a Taxa Interna de Retorno (TIR) no Subcapítulo 4.2.

4.1 FLUXO DE CAIXA LIVRE DO PROJETO

A valoração de uma empresa ou projeto embasada na técnica de Fluxo de Caixa Descontado (FCD) possui como fundamento determinar seu valor presente com base no dinheiro que pode gerar no futuro, considerando risco e retorno. No âmbito dessa técnica e considerando a vertente de Fluxo de Caixa Livre (FCL), há o Fluxo de Caixa Livre do Projeto (FCLP), também conhecido como Fluxo de Caixa Livre da Firma (FCLF) (GALDI; TEIXEIRA; LOPES, 2008).

O Fluxo de Caixa Livre do Projeto foi adotado neste estudo, ele é calculado considerando os custos das atividades operacionais e das atividades de investimento. Um FCLP positivo indica que os gastos operacionais e de investimento foram menores que as receitas disponíveis. Assim, o termo “livre” pode ser associado ao excedente de caixa efetivamente disponível para a distribuição ou aumento de capital (DE ALMEIDA *et al.* 2010).

Têm-se a ideia de que não se deve avaliar um negócio considerando despesas e receitas não operacionais, pois dessa forma não se avaliaria a viabilidade do negócio em si. Assim, uma maneira de se avaliar um negócio a partir da construção do FCLP é considerar apenas as variáveis que o afetam diretamente, salienta-se que o fluxo de caixa nesse projeto foi descontado da TIR. O conceito econômico de FCLP é fundamental para aferir a rentabilidade de um projeto e analisar sua viabilidade econômica.



4.2 TAXA INTERNA DE RETORNO (TIR)

A Taxa Interna de Retorno (TIR) é a taxa de desconto que iguala, em determinado momento do tempo, os fluxos de entradas com os de saídas de caixa, ou seja, a TIR é dada pelo exato ponto em que o VPL é zero. Como regra geral, adota-se a data de início da operação – momento zero – como a data focal de comparação dos fluxos de caixa. De acordo com Moreira (2016), a representação matemática da TIR pode ser expressa da seguinte forma:

$$TIR = \sum_{t=0}^n \frac{F_n}{(1+i)^n} = 0$$

Em que:

- i = Taxa de desconto (TIR);
- F_n = Fluxo de caixa no período n ;
- n = Número de períodos.

O cálculo da TIR requer o conhecimento dos montantes de dispêndio(s) de capital e dos fluxos de caixa líquidos incrementais gerados pela decisão de investimento. Como os valores de caixa ocorrem em diferentes momentos, conclui-se que o método da TIR, ao levar em conta o valor do dinheiro no tempo, expressa a rentabilidade do fluxo de caixa do investimento. A rentabilidade é indicada em termos de uma taxa de juros equivalente periódica, em geral medida ao ano.

No método de avaliação de um projeto com base em sua TIR, a aceitação ou rejeição de determinada proposta de investimento é decidida em função do processo de comparação da taxa interna de retorno obtida com a rentabilidade mínima requerida pela empresa para seus investimentos, a Taxa Mínima de Atratividade (TMA). A regra de decisão da TIR é demonstrada a seguir:

- a) Se $TIR > TMA$: O Projeto de Investimento é aceito;
- b) Se $TIR = TMA$: O Valor Presente Líquido será 0 (Zero);
- c) Se $TIR < TMA$: O Projeto de Investimento deve ser rejeitado.

Do ponto de vista da análise de investimentos, considera-se atraente um projeto que apresentar uma TIR maior ou igual à taxa de desconto representada pela TMA, ou custo de oportunidade para a empresa. Destaca-se que a última hipótese, onde a TIR é menor que a TMA não significa necessariamente que o projeto não seja lucrativo; poderá sê-lo, mas que produz uma taxa de retorno inferior à desejada pela empresa, a TMA, portanto não é economicamente viável.



5 MODELAGEM ECONÔMICO-FINANCEIRA

Esta seção apresenta os conceitos teóricos relevantes e os resultados da análise econômico-financeira do projeto de contratação via PPP dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos do município de Nova Mamoré/RO. A síntese do modelo compreende uma série de premissas, que correspondem aos dados de entrada (*inputs*) e processos que conduzem a resultados (*outputs*), conforme apresentado na Figura 2.

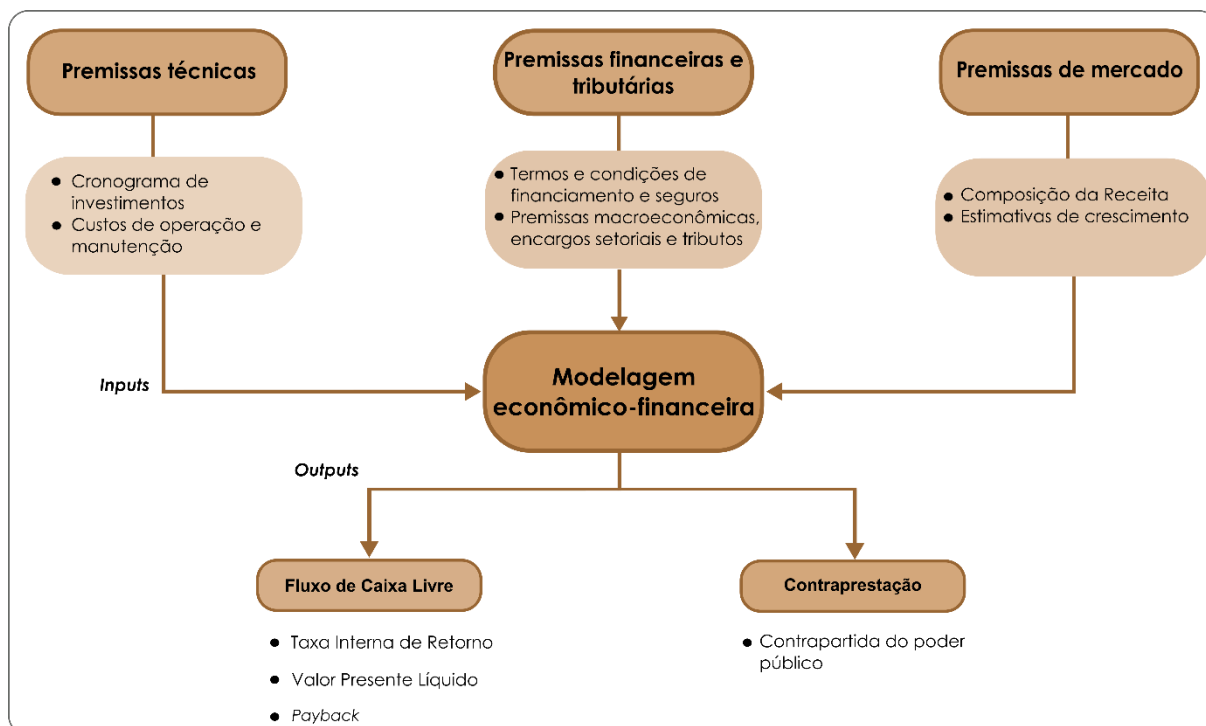


Figura 2 – Fluxograma da modelagem econômico-financeira.

Fonte: Autores a partir de Pereira (2011).

O detalhamento da modelagem econômico-financeira no presente capítulo é organizado da seguinte forma:

- Subcapítulo 5.1: Apresenta as premissas macroeconômicas;
- Subcapítulo 5.2: Apresenta o Custo Médio Ponderado de Capital;
- Subcapítulo 5.3: Apresenta o fluxo de investimento (CAPEX);
- Subcapítulo 5.4: Apresenta os custos operacionais (OPEX);
- Subcapítulo 5.5: Apresenta as receitas consideradas no projeto;
- Subcapítulo 5.6: Apresenta o capital de giro;
- Subcapítulo 5.7: Apresenta as premissas fiscais e tributárias;
- Subcapítulo 5.8: Apresenta o financiamento; e
- Subcapítulo 5.9: Apresenta os resultados do modelo econômico-financeiro com base no Fluxo de Caixa Livre do Projeto, considerando os resultados alcançados nas subseções anteriores.



5.1 PREMISSAS MACROECONÔMICAS

As premissas macroeconômicas utilizadas nas estimativas e projeções desta modelagem econômica têm como data base o mês de dezembro de 2022. Os indicadores econômicos são: Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Taxa Selic, do Banco Central do Brasil (Bacen), Taxa de Longo Prazo (TLP), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), da Fundação Getúlio Vargas, com projeção observado na Tabela 4.

Tabela 4 – Premissas macroeconômicas por ano da concessão.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
IPCA	3,95%	3,83%	3,71%	3,70%	3,70%	3,70%	3,70%	3,70%	3,70%	3,70%	3,70%	3,70%	3,70%	3,70%	3,70%
IGP-M	4,21%	4,09%	3,99%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
SELIC	7,08%	7,67%	7,75%	7,69%	7,69%	7,69%	7,69%	7,69%	7,69%	7,69%	7,69%	7,69%	7,69%	7,69%	7,69%
TLP	7,55%	7,87%	8,13%	8,56%	8,56%	8,56%	8,56%	8,56%	8,56%	8,56%	8,56%	8,56%	8,56%	8,56%	8,56%
	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
IPCA	3,70%	3,70%	3,70%	3,70%	3,70%	3,70%	3,70%	3,70%	3,70%	3,70%	3,70%	3,70%	3,70%	3,70%	3,70%
IGP-M	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
SELIC	7,69%	7,69%	7,69%	7,69%	7,69%	7,69%	7,69%	7,69%	7,69%	7,69%	7,69%	7,69%	7,69%	7,69%	7,69%
TLP	8,56%	8,56%	8,56%	8,56%	8,56%	8,56%	8,56%	8,56%	8,56%	8,56%	8,56%	8,56%	8,56%	8,56%	8,56%

Fonte: Autores.

5.2 CUSTO MÉDIO PONDERADO DE CAPITAL

O Custo Médio Ponderado de Capital ou *Weighted Average Capital Cost* (WACC), é a média ponderada do custo de capital de terceiros e o custo do capital próprio utilizado para aferir a rentabilidade mínima necessária ao projeto de modo a garantir a atratividade ao setor privado. O valor adotado na modelagem deste produto é equivalente à TIR de 6%.

5.3 CUSTOS DE INVESTIMENTO (CAPEX)

Os gastos de investimentos em um projeto são chamados de Capex, sigla derivada de *Capital Expenditure*. O Capex depende da atividade a ser exercida pelo operador, do nível operacional e do nível tecnológico previstos para o projeto. Nesse projeto, os investimentos de Capex representam o montante destinado às obras de infraestrutura e edificações, elaboração de projetos e licenciamento, aquisição de veículos, máquinas e equipamentos.

O Capex considerado para o projeto é dividido em dois grupos: (i) Manejo de Resíduos Sólidos, composto pelos serviços de Coleta Convencional PaP e Disposição final



em Aterro Sanitário, e (ii) Outros investimentos (gerencial). Conforme Tabela 5, o Capex previsto para os 30 anos de concessão é de aproximadamente R\$ 59 milhões.

Tabela 5 – Capex Previsto (x R\$ mil).

DESCRIÇÃO	ANO 01 – ANO 10	ANO 11 – ANO 20	ANO 21 – ANO 30	TOTAL
Manejo de Resíduos Sólidos	18.716,74	19.653,89	19.653,89	58.024,52
Aterro Sanitário	18.716,74	19.653,89	19.653,89	58.024,52
Outros investimentos	308,39	206,48	206,48	721,34
Total	19.025,13	19.860,37	19.860,37	58.745,86

Fonte: Autores.

Nota: Os valores de CAPEX apresentados na Tabela 5 possuem embutidos os custos de educação ambiental, recuperação do lixão e despesas gerenciais, que são de responsabilidade do parceiro privado.

Cabe destacar que nos investimentos é incluída a obrigação do parceiro público-privado de fazer a recuperação do lixão municipal com remoção da massa de resíduos disposta inadequadamente, bem como a promoção de programa de educação ambiental com enfoque nos 5 Rs (repensar, recusar, reduzir, reutilizar e reciclar).

5.4 CUSTOS OPERACIONAIS (OPEX)

As despesas e os custos com a operação de um projeto são chamados de Opex, sigla derivada do termo inglês *Operational Expenditure*. Nesse projeto o Opex é representado pelos custos de mão de obra, taxas de impostos, seguros, custos de operação e manutenção de veículos e máquinas. Além disso, é previsto no Opex o ressarcimento dos estudos da MIP a ser pago previamente à assinatura do contrato, a título de ressarcimento pela realização dos estudos relacionados à concessão administrativa. Também é prevista a contratação de Verificador Independente.

Os custos operacionais (Opex) considerados para o projeto são divididos em dois principais grupos: (i) Manejo de Resíduos Sólidos, composto pelos serviços de Coleta Convencional PaP e destinação final em Aterro Sanitário, e (ii) Despesas Gerenciais. Conforme Tabela 6, o Opex previsto para os 30 anos de concessão é de aproximadamente R\$ 84 milhões.

Tabela 6 – Opex Previsto (x R\$ mil).

DESCRIÇÃO	ANO 01 – ANO 10	ANO 11 – ANO 20	ANO 21 – ANO 30	TOTAL
Manejo de Resíduos Sólidos	17.132,57	19.032,18	19.415,73	55.580,48
Mão de obra	6.233,11	6.539,54	6.539,54	19.312,20
Manutenção	6.939,69	8.424,07	8.755,50	24.119,26
Operação	3.682,26	3.761,09	3.813,23	11.256,58
Taxas e Seguro	197,65	219,61	219,61	636,86
Utensílios e outros	79,86	87,86	87,86	255,58
Despesas Gerenciais	9.153,06	9.035,24	9.833,27	28.021,57
Manutenção	61,53	61,53	61,53	184,58
Operação	94,13	94,13	94,13	282,40
Taxas e Seguro	27,42	27,42	27,42	82,25



PRODUTO 3 – MODELAGEM ECONÔMICO-FINANCEIRA

Serviços Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos

DESCRIÇÃO	ANO 01 – ANO 10	ANO 11 – ANO 20	ANO 21 – ANO 30	TOTAL
Seguros e garantias	1.343,52	1.810,81	2.508,51	5.662,84
Utensílios e outros	96,11	96,45	96,79	289,34
Mão de obra	1.392,35	1.392,35	1.392,35	4.177,05
Taxa de Regulação	515,00	679,55	779,54	1.974,09
Serviços de terceiros	1.375,01	1.375,01	1.375,01	4.125,02
Verificação Independente	3.498,00	3.498,00	3.498,00	10.494,00
Ressarcimento MIP	750,00		-	750,00
Total	26.285,63	28.067,42	29.249,00	83.602,05

Fonte: Autores.

Nota: Os valores de OPEX apresentados na Tabela 6 possuem embutidos os custos de educação ambiental, recuperação do lixão e despesas gerenciais, que são de responsabilidade do parceiro privado.

5.5 RECEITA DA CONTRAPRESTAÇÃO

A receita advinda da contraprestação a ser paga ao Parceiro Privado pelo Poder Concedente será estimada a partir da definição dos custos unitários de cada serviço. Haverá basicamente o cálculo da contraprestação por meio do somatório do produto das quantidades executadas. O Quadro 1 apresenta unidades de medição propostas para o cálculo de remuneração.

Quadro 1 – Critério de medição dos serviços inseridos no objeto da PPP.

Serviço	Unidade de medição	Descrição
Aterro sanitário	R\$/ton.	Sugere-se a remuneração a partir do pagamento de um determinado montante de moeda corrente nacional por tonelada aterrada aferida em balança rodoviária na entrada do aterro sanitário. Essa forma de remuneração consolida o pagamento na proporção do uso da infraestrutura, ou seja, refere-se aos custos operacionais e de implantação diluídos por tonelada aterrada. Ademais, sendo o serviço remunerado de tal forma, restam facilitadas a medição e o controle de eventuais receitas acessórias oriundas da utilização dos serviços dessa estrutura por terceiros (outros municípios e grandes geradores).

Fonte: Autores.

O Quadro 2 sintetiza os custos unitários previstos para os serviços objetos da PPP utilizados para estimativa da contraprestação pecuniária paga pelo Parceiro Público e Cabe destacar que na definição dos custos unitários incidem todos os custos diretos, indiretos e os investimentos necessários à execução dos serviços.

Quadro 2 – Premissas para cálculo das receitas de contraprestação.

Serviço	Unidade	Custo unitário ¹
Implantação e operação de Aterro Sanitário com unidade de apoio operacional	R\$/ton.	754,73

Nota: O custo unitário foi definido a partir da demanda do Cenário Planejado (Subcapítulo 3.3).

Cabe ressaltar, que o custo unitário foi definido a partir da demanda do arranjo institucional do cenário planejado e embasada nas projeções do Produto 2 – Modelagem Técnica-Operacional, assim a projeção de demanda pelos serviços é apresentada na Tabela 7.



Tabela 7 – Projeção da demanda dos serviços.

Ano	Nova Mamoré/RO
	Aterro Sanitário (ton/ano)
2024	-
2025	6.954
2026	7.115
2027	7.275
2028	7.432
2029	7.588
2030	7.741
2031	7.893
2032	8.045
2033	8.194
2034	8.344
2035	8.492
2036	8.641
2037	8.788
2038	8.935
2039	9.081
2040	9.226
2041	9.369
2042	9.511
2043	9.651
2044	9.788
2045	9.921
2046	10.051
2047	10.176
2048	10.296
2049	10.410
2050	10.518
2051	10.618
2052	10.712
2053	10.797

Fonte: Autores.

De acordo com a demanda, a Tabela 8 a seguir retrata a evolução da contraprestação anual estimada a ser recebida pelo parceiro privado.

Tabela 8 – Projeção da receita de contraprestação (x R\$ mil).

Ano	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
CP	-	5.248	5.370	5.490	5.609	5.727	5.843	5.957	6.072	6.185
Ano	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
CP	6.297	6.409	6.521	6.633	6.743	6.854	6.963	7.071	7.178	7.284
Ano	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
CP	7.387	7.488	7.586	7.680	7.771	7.857	7.938	8.014	8.084	8.149

Fonte: Autores.



A receita de contraprestação será submetida à aferição do nível de qualidade dos serviços prestados, medidos através de indicadores de desempenho avaliados por Verificador Independente. Essa análise resultará na remuneração que efetivamente será recebida pelo parceiro privado. Assim, a remuneração mensal será calculada por meio da seguinte fórmula:

$$CP_m = (PR_m \times \text{Nota do QID}) + (PC_m)$$

Onde:

m = Período de referência.

CP_m = Contraprestação no período de referência (mensal) (R\$).

PR_m = Parcela remuneratória medida no período de referência (mensal) (R\$).

PC_m = Parcela complementar medida no período de referência (mensal) (R\$).

Nota do QID = Nota obtida pela aferição dos indicadores de desempenho no período de referência.

Na PPP, os indicadores atuarão como mecanismos que promovem o desconto em eventual descumprimento da qualidade do serviço estabelecida no contrato, ou seja, constatando-se descumprimentos por meio dos indicadores, averigua-se o cometimento de falha(s) de desempenho, que ocasionará descontos à contraprestação mensal a ser paga pelo Poder Concedente à concessionária. A Nota do Quadro de Indicadores de Desempenho (QID) é composta por indicadores de caráter operacional, ambiental, social e financeiro. A composição de cada indicador e as regras de pagamento de contraprestação são apresentadas de forma detalhada no Produto 4 – Modelagem Jurídica.

5.6 CAPITAL DE GIRO

De acordo Assaf Neto e Silva (2011) o capital de giro é representado pela diferença entre o ativo circulante operacional e passivo circulante operacional, ou seja, está relacionado ao descasamento entre os prazos de recebimento e pagamentos das contas operacionais. É importante destacar que todo esforço financeiro realizado a título capital de giro retorna à concessionária ao final do projeto. Esse efeito decorre do encerramento do projeto, quando os prazos de recebimentos e pagamentos expiram. As premissas são apresentadas no Quadro 3 e total de investimento em giro necessário para o projeto é de aproximadamente R\$ 34 milhões, conforme apresentado na Tabela 9.

Quadro 3 – Premissas de Capital de Giro.

Usos	
Contas a receber	30 dias
Fontes	
Salários	30 dias
Fornecedores	30 dias



PRODUTO 3 – MODELAGEM ECONÔMICO-FINANCEIRA

Serviços Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos

Usos	
Impostos a pagar	30 dias
Seguros e garantias	30 dias

Fonte: Autores.

Tabela 9 – Capital de Giro (x R\$ mil).

DESCRIÇÃO	ANO 01 – ANO 10	ANO 11 – ANO 20	ANO 21 – ANO 29	ANO 30	TOTAL
Capital de Giro	326,39	74,22	44,72	-411,24	34,08

Fonte: Autores.

5.7 PREMISSAS FISCAIS E TRIBUTÁRIAS

Este subcapítulo apresenta as premissas relativas aos tributos aplicáveis ao projeto, com informações dos tipos de tributos, alíquotas, bem como suas bases de cálculo. Nesse sentido a Tabela 10 apresenta as premissas admitidas para a tributação. Destaca-se que o regime de tributação adotado para este projeto é o Lucro Real.

Tabela 10 – Premissas de tributação.

Item	Unidade	Valor
Faturamento (Limite inferior)	R\$ Mil	78.000
PIS/COFINS	%	9,25%
Crédito	%	9,25%
CAPEX	%	80,00%
OPEX	%	50,00%
ISS	%	5,00%
IRPJ	%	15,00%
Adicional IRPJ	%	10,00%
Adicional Valor	R\$	240.000
CSLL	%	9,00%
Limite Desconto Prejuízo	%	30,00%

Fonte: Autores.

A partir das alíquotas supracitadas, a Tabela 11 apresenta a consolidação do valor total dos tributos previstos para os 30 anos de concessão, que totalizam aproximadamente R\$ 58 milhões.

Tabela 11 – Tributos totais previstos (x R\$ mil).

DESCRIÇÃO	ANO 01 – ANO 10	ANO 11 – ANO 20	ANO 21 – ANO 30	TOTAL
ISS	3.118	3.466	3.279	9.863
PIS/COFINS	2.618	3.630	4.298	10.546
IRPJ/CSLL	2.705	3.775	4.557	11.038
Total	8.441	10.871	12.134	31.447

Fonte: Autores.

5.8 FINANCIAMENTO

Para fins da modelagem, foram consideradas as contratações de financiamento referentes a 30% dos investimentos (CAPEX) durante todo o período da concessão, sendo um empréstimo no início do ano 1, quitado ao final do mesmo ano, e



um empréstimo de longo prazo, em diversas tranches, com desembolsos entre os anos 2 e 30, conforme evidenciado no Quadro 4. As características desses financiamentos tiveram como referência condições usualmente encontradas no mercado.

Para o empréstimo ponte, considerou-se uma amortização do tipo Bullet a uma taxa de juros nominal de Selic + 13,75%. O empréstimo de longo prazo, por sua vez, tomou como base uma cesta de crédito composta por diferentes meios de financiamento. Foi considerado um custo nominal da dívida variável anualmente conforme a seguinte proporção:

- 50% do financiamento a um custo de IPCA + 17,45%, premissa embasada no custo de debêntures de empresas do setor;
- 25% do financiamento a um custo de IPCA + 17,50%, premissa embasada em taxa de juros de capital de giro com prazo superior a 365 dias, do tipo pós-fixado referenciado em juros flutuantes, da Caixa Econômica Federal;
- E os 25% restantes a um custo de TLP + 6,05%, de acordo com linha de financiamento do BNDES.

Quadro 4 – Premissas das linhas de financiamento.

Linha de financiamento	Comercial	Longo Prazo
Método de amortização	Bullet	Sistema de Amortização Constante (SAC)
Prazo (meses)	12	360
Taxa de juros média	13,75%	14,61%
Carência de amortização (meses)	0	24
ISCD mínimo	1,39	1,39

Fonte: Autores.

O Índice de Cobertura de Serviço da Dívida (ICSD) é um indicador amplamente utilizado nas avaliações econômico-financeiras por representar a capacidade de pagamento da dívida da empresa. Ele é especialmente importante nas operações de *Project Finance*, onde a intenção do financiador é que o projeto repague o financiamento por seus próprios méritos, pois a função do índice é medir a capacidade de pagamento do principal e juros.

O índice é calculado pela divisão da geração de caixa operacional líquida de impostos dividido pelo serviço da dívida da empresa (pagamentos de amortização e juros) em cada período (Gráfico 1). Em geral, os padrões de mercado exigem um ICSD mínimo de 1,39.



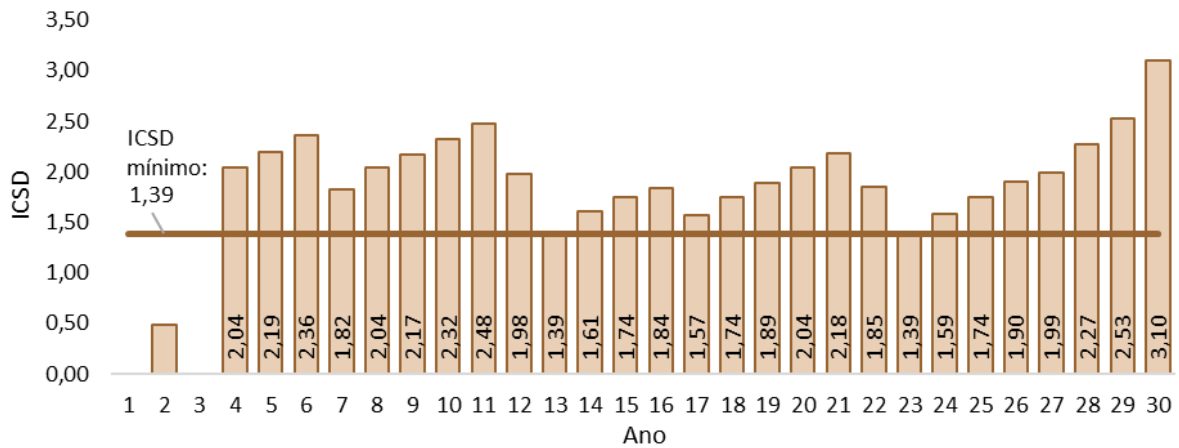


Gráfico 1 – Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD).

Fonte: Autores.

5.9 RESULTADOS DO MODELO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Este subcapítulo apresenta os resultados da modelagem econômico-financeiro da concessão proposta, bem como algumas demonstrações contábeis (societárias) estimadas para a futura SPE. Para tanto, este subcapítulo é organizado da seguinte forma:

- Item 5.9.1: Fluxo de caixa livre do projeto;
- Item 5.9.2: Demonstração do Resultado do Exercício (DRE);
- Item 5.9.3: Balanço Patrimonial;
- Item 5.9.4: *Value For Money* do projeto.





ID: 45515 e CRC: 1D15331C

PRODUTO 3 – MODELAGEM ECONÔMICO-FINANCEIRA

Serviços Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos

5.9.1 Fluxo de Caixa Livre do Projeto**Tabela 12 – Fluxo de Caixa Livre do Projeto (x R\$ mil).**

Ano	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Atividades operacionais	-2.674	1.432	1.989	2.016	2.105	2.206	2.127	2.358	2.427	2.522	2.632	2.562	2.467	2.817	2.937
(+) Receita	-	5.248	5.370	5.490	5.609	5.727	5.843	5.957	6.072	6.185	6.297	6.409	6.521	6.633	6.743
(+) Receitas Acessórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Contas a Receber	-	-430	-441	-451	-461	-469	-480	-490	-499	-507	-518	-527	-536	-544	-554
(+) Contas Recebidas	-	-	430	441	451	461	469	480	490	499	507	518	527	536	544
(-) Impostos Indiretos	-538	-698	-512	-517	-518	-521	-776	-554	-551	-551	-557	-797	-1.036	-630	-629
(+) Impostos Indiretos a Pagar	44	57	42	42	43	43	64	46	45	45	46	66	85	52	52
(-) Impostos Indiretos Pagos	-	-44	-57	-42	-42	-43	-43	-64	-46	-45	-45	-46	-66	-85	-52
(-) Salários	-348	-654	-654	-654	-654	-654	-654	-654	-654	-654	-654	-654	-654	-654	-654
(+) Salários a Pagar	29	54	54	54	54	54	54	54	54	54	54	54	54	54	54
(-) Pagamento de Salários	-	-29	-54	-54	-54	-54	-54	-54	-54	-54	-54	-54	-54	-54	-54
(-) Fornecedores e Despesas	-415	-1.146	-1.148	-1.151	-1.153	-1.154	-1.156	-1.158	-1.209	-1.210	-1.211	-1.213	-1.214	-1.215	-1.216
(+) Fornecedores a Pagar	34	94	94	95	95	95	95	95	99	99	100	100	100	100	100
(-) Pagamento de Fornecedores	-	-34	-94	-94	-95	-95	-95	-95	-95	-99	-99	-100	-100	-100	-100
(-) Pagamento Seguros & Garantias	-83	-139	-127	-128	-130	-131	-159	-147	-149	-150	-133	-161	-198	-175	-176
(+) S&G a Pagar	7	11	10	11	11	11	13	12	12	12	11	13	16	14	14
(-) S&G Pagos	-	-7	-11	-10	-11	-11	-11	-13	-12	-12	-12	-11	-13	-16	-14
(-) Despesas	-1.404	-707	-708	-709	-711	-712	-713	-714	-715	-716	-717	-719	-720	-721	-722
(-) Pagamento de IR e CSLL	-	-157	-210	-315	-330	-340	-365	-351	-363	-374	-382	-311	-241	-389	-400
(+) Impostos Diretos a Pagar	-	13	17	26	27	28	22	29	30	31	31	26	20	32	33
(-) Impostos Diretos Pagos	-	-	-13	-17	-26	-27	-28	-22	-29	-30	-31	-31	-26	-20	-32
Atividades de Investimento	-8.503	-5.273	-16	-32	-	-38	-5.115	-16	-	-32	-233	-5.114	-9.297	-16	-
FCLP	-11.176	-3.841	1.973	1.983	2.105	2.168	-2.989	2.342	2.427	2.490	2.399	-2.552	-6.829	2.802	2.937



ID: 46516 e CRC: 1D15331C

DMTR
ENGENHARIA
 DEMETER ENGENHARIA LTDA

R. Cláudia, nº 239 - Giocondo Orsi
 Campo Grande/MS - CEP 79.022-070
 (67) 3351-9100
www.demeterengenharia.com.br / administrativo@dmtr.com.br

PRODUTO 3 – MODELAGEM ECONÔMICO-FINANCEIRA

Serviços Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos

Ano	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
Atividades operacionais	2.975	2.890	3.118	3.226	3.324	3.413	3.336	3.233	3.574	3.684	3.769	3.670	3.862	3.949	4.413
(+) Receita	6.854	6.963	7.071	7.178	7.284	7.387	7.488	7.586	7.680	7.771	7.857	7.938	8.014	8.084	8.149
(+) Receitas Acessórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Contas a Receber	-563	-572	-580	-590	-599	-607	-614	-623	-631	-639	-644	-652	-659	-664	-668
(+) Contas Recebidas	554	563	572	580	590	599	607	614	623	631	639	644	652	659	1.332
(-) Impostos Indiretos	-627	-877	-652	-649	-642	-644	-879	-1.109	-696	-687	-676	-915	-678	-658	-635
(+) Impostos Indiretos a Pagar	52	72	53	53	53	53	72	91	57	56	55	75	56	54	52
(-) Impostos Indiretos Pagos	-52	-52	-72	-53	-53	-53	-53	-72	-91	-57	-56	-55	-75	-56	-106
(-) Salários	-654	-654	-654	-654	-654	-654	-654	-654	-654	-654	-654	-654	-654	-654	-654
(+) Salários a Pagar	54	54	54	54	54	54	54	54	54	54	54	54	54	54	54
(-) Pagamento de Salários	-54	-54	-54	-54	-54	-54	-54	-54	-54	-54	-54	-54	-54	-54	-107
(-) Fornecedores e Despesas	-1.283	-1.284	-1.285	-1.285	-1.286	-1.287	-1.287	-1.288	-1.288	-1.288	-1.288	-1.288	-1.288	-1.288	-1.288
(+) Fornecedores a Pagar	105	106	105	106	106	106	105	106	106	106	106	106	106	106	106
(-) Pagamento de Fornecedores	-100	-105	-106	-105	-106	-106	-106	-105	-106	-106	-106	-106	-106	-106	-211
(-) Pagamento Seguros & Garantias	-178	-206	-194	-195	-196	-198	-226	-262	-240	-241	-242	-269	-276	-277	-278
(+) S&G a Pagar	15	17	16	16	16	16	19	22	20	20	20	22	23	23	23
(-) S&G Pagos	-14	-15	-17	-16	-16	-16	-16	-19	-22	-20	-20	-20	-22	-23	-46
(-) Despesas	-723	-724	-725	-726	-727	-728	-729	-730	-731	-732	-733	-734	-735	-735	-736
(-) Pagamento de IR e CSLL	-411	-336	-423	-434	-447	-456	-385	-316	-466	-477	-489	-416	-503	-517	-531
(+) Impostos Diretos a Pagar	34	28	35	36	37	37	32	26	38	39	40	34	41	43	44
(-) Impostos Diretos Pagos	-33	-34	-28	-35	-36	-37	-37	-32	-26	-38	-39	-40	-34	-41	-86
Atividades de Investimento	-55	-5.098	-16	-17	-16	-233	-5.131	-9.280	-16	-17	-38	-5.098	-32	-	-16
FCLP	2.920	-2.208	3.103	3.209	3.308	3.180	-1.795	-6.047	3.559	3.667	3.730	-1.428	3.829	3.949	4.398

Fonte: Autores.



ID: 46516 e CRC: 1D15331C

DMTR
ENGENHARIA
 DEMETER ENGENHARIA LTDA

R. Cláudia, nº 239 - Giocondo Orsi
 Campo Grande/MS - CEP 79.022-070
 (67) 3351-9100
www.demeterengenharia.com.br / administrativo@dmtr.com.br

PRODUTO 3 – MODELAGEM ECONÔMICO-FINANCEIRA

Serviços Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos

5.9.2 Demonstração do resultado do exercício**Tabela 13 – DRE do projeto (x R\$ mil).**

Ano	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Receita Bruta	10.752	9.459	4.796	4.735	4.599	4.497	9.429	4.834	4.711	4.552	4.505	9.159	13.775	5.512	5.339
Receita de Construção	8.503	5.273	16	32	-	38	5.115	16	-	32	233	5.114	9.297	16	-
Receita de O&M	2.250	2.646	2.637	2.642	2.647	2.651	2.682	2.673	2.726	2.730	2.716	2.746	2.786	2.765	2.768
Receita Financeira	-	1.540	2.143	2.060	1.952	1.808	1.632	2.145	1.984	1.789	1.556	1.299	1.693	2.731	2.571
Receitas Acessórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Deduções (Após Créditos)	-538	-698	-512	-517	-518	-521	-776	-554	-551	-551	-557	-797	-1.036	-630	-629
Receita Operacional Líquida	10.215	8.761	4.284	4.218	4.081	3.976	8.653	4.280	4.159	4.001	3.948	8.362	12.739	4.881	4.710
Custos totais	-9.265	-7.073	-1.818	-1.837	-1.807	-1.847	-6.925	-1.827	-1.863	-1.896	-2.098	-6.980	-11.165	-1.884	-1.870
Custo de Construção	-8.503	-5.273	-16	-32	-	-38	-5.115	-16	-	-32	-223	-5.114	-9.297	-16	-
Custo de O&M	-762	-1.800	-1.802	-1.805	-1.807	-1.808	-1.810	-1.812	-1.863	-1.864	-1.865	-1.867	-1.868	-1.869	-1.870
Despesas Administrativas	-1.487	-846	-835	-838	-840	-843	-872	-861	-864	-866	-851	-879	-917	-896	-898
EBITDA	-538	842	1.631	1.544	1.434	1.286	856	1.591	1.433	1.238	999	502	657	2.101	1.942
Depreciação/Amortização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EBIT	-538	842	1.631	1.544	1.434	1.286	856	1.591	1.433	1.238	999	502	657	2.101	1.942
Despesas Financeiras	-399	-633	-749	-805	-778	-752	-931	-915	-879	-845	-818	-988	-1.334	-1.303	-1.236
EBT	-937	209	882	739	656	534	-75	676	554	394	181	-486	-677	799	706
Impostos Diretos	-	-26	-186	-152	-132	-103	-	-170	-164	-110	-37	-	-	-166	-144
IR	-	-13	-130	-105	-91	-70	-	-119	-114	-74	-21	-	-	-116	-99
CSLL	-	-13	-56	-47	-41	-34	-	-51	-50	-35	-16	-	-	-50	-44
Resultado Líquido	-937	183	696	-587	524	431	-75	506	390	284	143	-486	-677	632	562

Fonte: Autores.

PRODUTO 3 – MODELAGEM ECONÔMICO-FINANCEIRA

Serviços Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos

Ano	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
Receita Bruta	5.263	10.108	5.465	5.240	4.964	4.853	9.416	13.880	5.495	5.186	4.839	9.495	4.660	4.149	3.602
Receita de Construção	55	5.098	16	17	16	233	5.131	9.280	16	17	38	5.098	32	-	16
Receita de O&M	2.838	2.868	2.858	2.861	2.864	2.867	2.896	2.934	2.913	2.915	2.917	2.945	2.953	2.954	2.955
Receita Financeira	2.370	2.142	2.592	2.362	2.085	1.753	1.390	1.666	2.567	2.254	1.884	1.452	1.675	1.195	631
Receitas Acessórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Deduções (Após Créditos)	-627	-877	-652	-649	-642	-644	-879	-1.1009	-696	-687	-676	-915	-678	-658	-635
Receita Operacional Líquida	4.636	9.231	4.813	4.591	4.322	4.209	8.537	12.771	4.799	4.498	4.163	8.581	3.982	3.491	2.967
Custos totais	-1.992	-7.036	-1.954	-1.956	-1.953	-2.173	-7.071	-11.221	-1.957	-1.959	-1.980	-7.040	-1.974	-1.942	-1.957
Custo de Construção	-55	-5.098	-16	-17	-16	-233	-5.131	-9.280	-16	-17	-38	-5.098	-32	-	-16
Custo de O&M	-1.937	-1.938	-1.939	-1.939	-1.940	-1.941	-1.941	-1.942	-1.942	-1.942	-1.942	-1.942	-1.942	-1.942	-1.942
Despesas Administrativas	-901	-930	-919	-921	-923	-927	-955	-993	-971	-973	-975	-1.003	-1.011	-1.012	-1.014
EBITDA	1.743	1.265	1.940	1.714	1.443	1.109	511	557	1.871	1.567	1.208	537	997	537	-4
Depreciação/Amortização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EBIT	1.743	1.265	1.940	1.714	1.443	1.109	511	557	1.871	1.567	1.208	537	997	537	-4
Despesas Financeiras	-1.172	-1.309	-1.248	-1.169	-1.089	-1.018	-1.140	-1.425	-1.322	-1.184	-1.047	-908	-769	-630	-492
EBT	571	-44	692	545	354	91	-630	-868	549	383	161	-371	227	-93	-495
Impostos Diretos	-112	-44	-141	-106	-60	2	-	-	-107	-67	-14	-	-30	-	-
IR	-76	-	-97	-71	-38	8	-	-	-72	-43	-4	-	-16	-	-
CSLL	-36	-	-44	-34	-22	-6	-	-	-35	-24	-10	-	-14	-	-
Resultado Líquido	459	-44	551	440	294	93	-630	-868	422	316	147	-371	197	-93	-495

Fonte: Autores.



ID: 46516 e CRC: 1D15331C

PRODUTO 3 – MODELAGEM ECONÔMICO-FINANCEIRA

Serviços Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos

5.9.3 Balanço Patrimonial**Tabela 14 – Balanço patrimonial do projeto (x R\$ mil).**

Ano	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Ativo															
Ativo Circulante	10.752	15.394	16.984	16.995	16.907	16.787	18.031	18.002	17.894	17.720	17.519	18.275	19.974	20.294	20.541
Caixa	-	-	2.154	2.910	3.822	4.923	2.569	3.655	4.898	6.349	7.929	5.927	363	1.796	3.438
Contas a Receber	-	430	441	451	461	469	480	490	499	507	518	527	536	544	5545
Impostos Pagos - IFRIC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo Financeiro	10.752	14.963	14.389	13.634	12.624	11.395	14.981	13.858	12.497	10.864	9.072	11.821	19.075	17.953	16.549
Ativo Total	10.752	15.394	16.984	16.995	16.907	16.787	18.031	18.002	17.894	17.720	17.519	18.275	19.974	20.294	20.541
Passivo															
Passivo Circulante	3.063	236	559	687	782	886	911	1.043	1.175	1.235	1.272	1.417	1.451	1.582	1.747
Salários	29	54	54	54	54	54	54	54	54	54	54	54	54	54	54
Empréstimos e Financiamentos	2.950	-	183	183	183	236	241	241	241	244	308	436	448	448	448
Fornecedores	34	94	94	95	95	95	95	95	99	99	100	100	100	100	100
Impostos Indiretos a Pagar	44	57	42	42	43	43	64	46	45	45	46	66	85	52	52
Impostos Diretos a Pagar	-	1	3	2	3	4	-	2	3	4	5	-	-	-	-2
Seguros e Garantias a Pagar	7	11	10	11	11	11	13	12	12	12	11	13	16	14	14
Impostos a Pagar - IFRIC	-	19	173	300	393	445	445	594	720	777	749	749	749	915	1.080
Passivo Não Circulante	-	4.725	5.295	5.122	4.939	4.715	6.009	5.773	5.532	5.298	5.060	6.158	8.499	8.056	7.608
Empréstimos e Financiamentos	-	4.725	5.295	5.122	4.939	4.715	6.009	5.773	5.532	5.298	5.060	6.158	8.499	8.056	7.608
Patrimônio Líquido	7.689	10.433	11.129	11.187	11.187	11.187	11.111	11.187	11.187	11.187	11.187	10.700	10.023	10.656	11.187
Capital Social	8.626	10.433	11.129	11.187	11.187	11.187	11.187	11.187	11.187	11.187	11.187	11.187	11.187	11.187	11.187
Lucros/Prejuízos Acumulados	-937	-754	-57	-	-	-	-75	-	-	-	-	-486	-1.163	-531	-
Passivo Total	10.752	15.394	16.984	16.995	16.907	16.787	18.031	18.002	17.894	17.720	17.519	18.275	19.974	20.294	20.541

Fonte: Autores.



ID: 46516 e CRC: 1D15331C

PRODUTO 3 – MODELAGEM ECONÔMICO-FINANCEIRA

Serviços Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos

Ano	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
Ativo															
Ativo Circulante	20.227	21.204	20.841	20.396	19.877	19.332	19.601	20.633	20.217	19.632	18.788	17.439	16.561	15.333	1.582
Caixa	4.705	2.528	3.764	5.248	7.040	9.021	7.355	2.083	3.844	5.837	8.006	5.091	7.561	10.262	1.582
Contas a Receber	563	572	580	590	599	607	614	623	631	639	644	652	659	664	-
Impostos Pagos - IFRIC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo Financeiro	14.959	18.103	16.498	14.559	12.239	9.704	11.632	17.927	15.741	13.156	10.139	11.696	8.342	4.406	-
Ativo Total	20.227	21.204	20.841	20.396	19.877	19.332	19.601	20.633	20.217	19.632	18.788	17.439	16.561	15.333	1.582
Passivo															
Passivo Circulante	1.947	1.978	2.106	2.196	2.217	2.266	2.579	2.579	2.647	2.673	2.606	2.556	2.413	2.210	932
Salários	54	54	54	54	54	54	54	54	54	54	54	54	54	54	-
Empréstimos e Financiamentos	531	539	540	540	545	664	908	930	930	932	932	932	932	932	932
Fornecedores	105	106	105	106	106	106	105	106	106	106	106	106	106	106	-
Impostos Indiretos a Pagar	52	72	53	53	53	53	72	91	57	56	55	75	56	54	-
Impostos Diretos a Pagar	0	-	-1	2	4	6	-1	-	0	4	7	6	13	17	-
Seguros e Garantias a Pagar	15	17	16	16	16	16	19	22	20	20	20	22	23	23	-
Impostos a Pagar - IFRIC	1.190	1.190	1.339	1.426	1.440	1.368	1.377	1.377	1.479	1.501	1.429	1.362	1.229	1.025	-
Passivo Não Circulante	7.093	8.083	7.548	7.014	6.473	5.880	6.511	8.365	7.439	6.512	5.592	4.660	3.728	2.796	1.864
Empréstimos e Financiamentos	7.093	8.083	7.548	7.014	6.473	5.880	6.511	8.365	7.439	6.512	5.592	4.660	3.728	2.796	1.864
Patrimônio Líquido	11.187	11.143	11.187	11.187	11.187	11.187	10.557	9.689	10.131	10.447	10.594	10.223	10.420	10.327	-1.355
Capital Social	11.187	11.187	11.187	11.187	11.187	11.187	11.187	11.187	11.187	11.187	11.187	11.187	11.187	11.187	-
Lucros/Prejuízos acumulados	-	-44	-	-	-	-	-630	-1.498	-1.055	-739	-593	-963	-766	-860	-1.355
Passivo Total	20.277	21.204	20.841	20.396	19.877	19.332	16.601	20.633	20.217	19.632	18.788	17.439	16.561	15.333	1.441

Fonte: Autores.



ID: 46516 e CRC: 1D15331C

5.9.4 Value for Money

A escolha entre a prestação de um determinado serviço por execução direta pela Administração Pública ou por execução indireta via Parceiro Privado deve avaliar as vantagens e desvantagens de cada uma das modalidades, essa avaliação é a base do conceito de *Value for Money* (VfM).

O VfM é um método que oferece uma métrica de desempenho que relaciona *inputs* (recursos públicos) e *outputs* (serviços públicos) que pode ser utilizado como norteador das metodologias de verificação a serem empregadas pelo Poder Público na contratação de um determinado serviço ou execução de determinada obra. A análise do VfM é geralmente dividida em duas etapas:

- (i) Análise Qualitativa; e
- (ii) Análise Quantitativa.

A Análise Qualitativa visa identificar os benefícios trazidos direta ou indiretamente à sociedade pela prestação de um serviço por meio de um contrato de PPP. No presente contexto são consideradas os seguintes fatores para a Análise Qualitativa: (i) avaliação das evidências empíricas sobre a ineficiência do modelo tradicional de compras no Brasil; e os (ii) impactos qualitativos decorrentes da concessão.

- i. Avaliação das evidências empíricas sobre a ineficiência do modelo tradicional:
 - O Tribunal de Contas da União (TCU), em auditoria operacional concluída em 2019¹, em que foram analisadas mais de 38 mil obras públicas financiadas com recursos federais, concluiu que destas, pelo menos 37% foram consideradas como paralisadas ou inacabadas. O investimento total previsto nessas obras era de R\$ 144 bilhões, o que corresponde a quase 20% do investimento previsto em todas as obras analisadas. Os principais motivos para a paralisação das obras federais, segundo levantamento do TCU, foram: técnico (47%), em especial projetos básicos e executivos deficientes, abandono da empresa (23%) e dificuldades orçamentárias e financeiras (10%) devido a insuficiência de recursos financeiros e dificuldade de gestão dos recursos

¹ Acórdão 1.079/2019 – TCU Plenário. Referência: Tribunal de Contas da União. Acórdão 1.079/2019 –TCU Plenário. Processo: TC 011.196/2018-1



recebidos.

- Freitas (2016) ao analisar dados de 640 obras constantes nos relatórios referentes ao plano Fiscobras disponíveis no banco de dados do portal do TCU entre 2008 e 2015, verificou que, entre os contratos que haviam sido concluídos, 78 % realizaram aditivos, a maioria deles de custo e de prazo (57 %), sendo que, para os aditivos de prazo, a média encontrada foi de 176 % de adição de prazo em relação ao inicial estipulado. A autora, em sua análise, verificou que os principais motivos descritos nos relatórios para os aditivos foram alteração ou inclusão de itens, revisão do projeto, adequação do projeto e readequação da planilha orçamentária.

ii. Impactos qualitativos decorrentes da concessão:

- Implantação de nova infraestrutura e serviço não existentes no município (Disposição final em Aterro Sanitário);
- Reintegração dos ativos ao Poder Público no término do contrato;
- Menor custo para a Administração Pública na fase de implantação, uma vez que os dispêndios serão diluídos ao longo do contrato;
- Melhoria nas condições de segurança na operação dos serviços;
- Adequado tratamento das questões ambientais, incluindo passivos.
- Melhoria no nível do serviço prestado a população;

A Análise Quantitativa envolve a comparação entre o custo estimado para a Administração Pública do fornecimento de um bem ou serviço na forma tradicional ante o formato de contrato de parceria privada. Para tanto é preciso construir o fator de comparação para tal análise. Nesse sentido, é utilizado o Valor Presente Líquido (VPL) do fluxo de caixa do projeto sob duas possibilidades:

- (i) Operação direta do Poder Público, conhecido como PPC – Projeto Público de Comparação; e
- (ii) Operação indireta, através de concessão do serviço público, conhecido como PPR – Projeto Privado de Referência.

Assim, a análise consiste em realizar um comparativo entre o VPL da PPC e da PPR para cada ano da concessão, deixando evidente o valor de VfM apurado. Como taxa de desconto para cálculo do VPL, é utilizado o mesmo WACC médio resultante do projeto.



Para a Análise Quantitativa, é assumida a premissa de que o ente público não possui a mesma eficiência de prazo e custo que o Parceiro Privado. Não seria factível admitir equivalência entre a eficiência na execução do projeto pelo setor público. Assim, a premissa é que a modalidade de concessão traz maior certeza em relação ao prazo de entrega da obra e com o custo fixado antecipadamente. A contratada terá a responsabilidade pela elaboração dos projetos executivos e pela execução do objeto de forma plena. No modelo de concessão proposto, o risco de sobrepreço da obra é do parceiro privado.

Assim, para o Opex e Capex no VfM, é razoável supor que há uma probabilidade alta de sobrecustos na obra de 15%, quando executada pelo Poder Público (PPC). A hipótese está em linha, por exemplo, com as premissas consideradas na análise de *Value for Money* que integra o relatório do Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) do Projeto do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) Anhanguera em Goiânia, onde aponta que dados de Tribunal de Contas dos Estados e da União (TCE e TCU), mostram que cerca de 70% das obras públicas recebem aditivo dos 25% permitido em lei sobre o orçamento original, gerando aditivos contratuais. E para tal PMI foi considerado então um sobrecusto médio de 17,50% nos valores totais.

Por fim, a Tabela 15 apresenta os resultados quantitativos do *Value for Money* para o projeto, onde observa-se que de contratação via parceiro privada apresenta benefícios econômicos de cerca de R\$ 3,14 mi quando comparada ao projeto via operação direta.





ID: 45515 e CRC: 1D15331C

PRODUTO 3 – MODELAGEM ECONÔMICO-FINANCEIRA

Serviços Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos

Tabela 15 – Value for Money (x R\$ mil), PPC – Sem concessão.

Ano	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
PPC – Sem concessão															
Entradas	-80	5.575	5.395	5.500	5.617	5.734	5.834	5.984	6.076	6.191	6.307	6.402	6.508	6.676	6.755
Saídas	-12.365	-9.107	-3.051	-3.076	-3.044	-3.093	-8.967	-3.092	-3.135	-3.177	-3.391	-9.039	-13.895	-3.197	-3.183
Opex	-2.587	-3.043	-3.033	-3.039	-3.044	-3.049	-3.085	-3.074	-3.135	-3.140	-3.123	-3.158	-3.203	-3.179	-3.183
Capex	-9.778	-6.064	-18	-37	0	-44	-5.882	-18	0	-37	-268	-5.881	-10.691	-18	0
WACC	7,78%														
VPL - Entradas	-80	5.173	4.644	4.393	4.163	3.943	3.721	3.542	3.336	3.155	2.982	2.808	2.648	2.521	2.366
VPL - Saídas	-12.365	-8.450	-2.626	-2.457	-2.256	-2.127	-5.720	-1.830	-1.722	-1.619	-1.603	-3.964	-5.654	-1.207	-1.115
VPL – Operação Direta	-12.445	-3.2777	2.018	1.936	1.907	1.816	-1.999	1.712	1.615	1.536	1.378	-1.157	-3.006	1.314	1.251

Ano	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	Total
PPC – Sem concessão																
Entradas	6.855	6.949	7.099	7.186	7.291	7.393	7.480	7.572	7.724	7.775	7.860	7.926	8.031	8.088	7.737	197.443
Saídas	-3.327	-9.161	-3.304	-3.309	-3.311	-3.565	-9.231	-14.046	-3.367	-3.371	-3.398	-9.250	-3.433	-3.397	-3.417	-163.700
Opex	-3.263	-3.298	-3.286	-3.290	-3.292	-3.297	-3.330	-3.375	-3.349	-3.352	-3.354	-3.387	-3.396	-3.397	-3.399	-96.142
Capex	-64	-5.863	-18	-19	-18	-268	-5.900	-10.672	-18	-19	-44	-5.863	-37	0	-18	-67.558
WACC	7,78%															
VPL - Entradas	2.228	2.096	1.986	1.866	1.756	1.652	1.551	1.457	1.379	1.288	1.208	1.130	1.062	993	881	71.847
VPL - Saídas	-1.081	-2.763	-924	-859	-797	-797	-1.914	-2.702	-601	-558	-522	-1.319	-454	-417	-389	-70.814
VPL – Operação Direta	1.147	-667	1.062	1.006	959	856	-363	-1.246	778	729	686	-189	608	576	492	1.033

Fonte: Autores.



ID: 46516 e CRC: 1D15331C

PRODUTO 3 – MODELAGEM ECONÔMICO-FINANCEIRA

Serviços Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos

Tabela 16 – Value for Money (x R\$ mil), PPR – Com concessão.

Ano	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
PPR – Com concessão															
Entradas	538	473	240	237	230	225	471	242	236	228	225	458	689	276	267
Saídas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Opex	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Capex	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
WACC	7,78%														
VPL - Entradas	538	439	206	189	170	155	301	143	129	116	106	201	280	104	94
VPL - Saídas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VPL – Operação Indireta	538	439	206	189	170	155	301	143	129	116	106	201	280	104	94

Ano	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	Total
PPR – Com concessão																
Entradas	263	505	273	262	248	243	271	694	275	259	242	475	233	207	180	9.863
Saídas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Opex	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Capex	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
WACC	7,78%															
VPL - Entradas	86	152	76	68	60	54	98	134	49	43	37	68	31	25	21	4.172
VPL - Saídas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
VPL – Operação Indireta	86	152	76	68	60	54	98	134	49	43	37	68	31	25	21	4.172

Tabela 17 – Value for Money – diferença (x R\$ mil).

Ano	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
PPC – Sem Concessão	-12.445	-3.277	2.018	1.936	1.907	1.816	-1.999	1.712	1.615	1.536	1.378	-1.157	-3.006	1.314	1.251
PPR – Com concessão	538	439	206	189	170	155	301	143	129	116	106	201	280	104	94
Diferença	12.982	3.716	-1.811	-1.747	-1.736	-1.661	2.300	-1.569	-1.485	-1.420	-1.272	1.357	3.286	-1.210	-1.158

Ano	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	Total
PPC – Sem Concessão	1.147	-667	1.062	1.006	959	856	-363	-1246	778	729	686	-189	608	576	492	1.033
PPR – Com concessão	86	152	76	68	60	54	98	134	49	43	37	68	31	25	21	4.172
Diferença	-1.061	819	-985	-938	-899	-801	461	1.379	-729	-686	-648	257	-577	-550	-471	3.140

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação de viabilidade econômico-financeira do projeto foi realizada através de um modelo de negócio que destaca o potencial de retorno do projeto, pela metodologia do Fluxo de Caixa Descontado (FCD). Essa metodologia visa a identificação de premissas e projeção de fluxos de caixa futuros, e esses são trazidos a valor presente por meio de uma taxa de desconto.

O método do FCD foi utilizado por traduzir o valor do dinheiro no tempo, considerando as expectativas futuras para o empreendimento, projeto e/ou ativo sob análise, seja ele uma empresa ou um negócio integrante de uma estrutura maior, esteja ele em fase operacional ou de projeto, além de ser considerado o modelo que melhor determina o valor relativo entre companhias.

Salienta-se, no entanto, que os resultados futuros podem divergir consistentemente das projeções realizadas neste estudo em virtude, por exemplo, das seguintes razões:

- Realidade de mercado;
- Conjuntura econômica;
- Cenário político;
- E, em particular, os potenciais sinergias que podem ser geradas com o resultado da transação.

Cabe ainda ressaltar que o resultado deste produto demonstrou que não há viabilidade econômico-financeira para abarcar todos os serviços inicialmente pretendidos (Produto 2), apenas a implantação e operação de Aterro Sanitário com unidade de apoio operacional para Nova Mamoré/RO. Na Tabela 18 a seguir, apresenta-se o resumo dos principais resultados da modelagem econômico-financeira:

Tabela 18 – Resumo da modelagem econômico-financeira do projeto.

Parâmetro	Especificação
Prazo da concessão	30 anos
Data base	Dezembro/2022
Moeda	Real
Capex estimado (x R\$ mil)	58.745,86
Opex estimado (x R\$ mil)	83.602,05
TIR	6%
Payback	18 anos

Fonte: Autores.





REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, A.; SILVA, C. A. T. S. **Administração do capital de giro**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

DAMODARAN, A. **Damodaran** Online: Data. Disponível em: <<https://pages.stern.nyu.edu/~adamodar/>>.

DE ALMEIDA, N. S.; DA SILVA, R. F.; RIBEIRO, K. C. DE S. Fluxo de caixa livre: valuation de uma empresa do setor aéreo brasileiro. **Revista de Contabilidade da UFBA**, v. 4, n. 1, p. 71–83, 2010.

FREITAS, L. DE A. **Levantamento de Aumento do Custo e do Prazo de Obras Públicas nos Últimos Sete Anos**. Brasília, DF: Universidade de Brasília., 2016.

GALDI, F. C.; TEIXEIRA, A. J. C.; LOPES, A. B. Análise empírica de modelos de valuation no ambiente brasileiro: fluxo de caixa descontado versus modelo de Ohlson (RIV). **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 19, p. 31–43, 2008.

LUCENA, E. R. F. DA C. V. et al. Custo médio ponderado de capital: um estudo dos erros contidos em seu cálculo nas ofertas públicas de aquisições de ações registradas na comissão de valores imobiliários (CVM). **Registro Contábil**, v. 4, n. 1, p. 19–32, 2013.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Metodologia de Cálculo do WACC**. Brasília, 2018.

MOREIRA, E. B. **Contratos administrativos, equilíbrio econômico-financeiro e a taxa interna de retorno: a lógica das concessões e parcerias público-privadas**. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

PEREIRA, A. DA C. **Análise de investimentos em infraestrutura de transportes**. Natal: IFRN, 2011.







MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE PRIVADO (MIP)
RESÍDUOS SÓLIDOS
NOVA MAMORÉ/RO

EMPRESA INTERESSADA

DMTR
—
ENGENHARIA

Deméter Engenharia Ltda - EPP
CNPJ nº 10.695.543/0001-24
R. Cláudia, 239 - Giocondo Orsi
Campo Grande/MS - CEP 79.022-070
(67) 3351-9100
www.demeterengenharia.com.br / administrativo@dmtr.com.br



PREFEITURA DE
NOVA MAMORÉ



ID: 45515 e CRC: 1D15331C



Município de Nova Mamoré

22.855.183/0001-60
Av. Dom Pedro II
www.novamamore.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento		Identificação/Número		Data	
Estudo		conforme Modelagem Econômica		24/06/2024	
ID:	45515			Processo	Documento
CRC:	1D15331C				
Processo:	0-0/0				
Usuário:	GABRIELA CARNEIRO MOZER				
Criação:	24/06/2024 12:40:20	Finalização:	24/06/2024 12:40:39		
MD5:	C939F308B90D0F74A237B4F949521183				
SHA256:	CC846720EBE31F3099DC771BB4FF04EEE56031B4110649DD96B054A2EA16613A				
Súmula/Objeto:					
ASSUNTO: ALTERAÇÃO DO ANEXO II METAS FISCAIS.					
INTERESSADOS					
Município de Nova Mamoré		Nova Mamoré		RO	24/06/2024 12:40:20
ASSUNTOS					
ALTERAÇÃO				24/06/2024 12:40:20	
DOCUMENTOS RELACIONADOS					
Ofício 381				24/06/2024	45513

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.novamamore.ro.gov.br informando o ID 45515 e o CRC 1D15331C.



MUNICÍPIO DE NOVA MAMORÉ - RO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO 2025

AMF –Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2025
Aumento Permanente da Receita	694.408,00
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	694.408,00
Redução Permanente de Despesa (II)	5.283.592,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	5.978.000,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	5.978.000,00
Novas DOCC	730.000,00
Novas DOCC geradas por PPP	5.248.000,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	0,00

Notas Explicativas

AUMENTO PERMANENTE DA RECEITA

FPM =>A transferência conforme LC 198/2023, irá reduzir as Transferências em 20% para o Exercício de 2025, sendo que deste valor, considerando o Incremento de Receita ocorrido nos últimos exercícios, 10% deste valor já foram devidamente absorvidos pelas Despesas Obrigatórias de Caráter Continuído, no exercício de 2024. Para o Exercício a que se refere, existe a previsão de Crescimento Médio de 13,62% das Receitas em relação ao Exercício Anterior (Arrecadação), desta forma considerando a Previsão pelo BCB, através do Boletim Focus de 26 de Abril de 2024, existe uma Tendência de IPCA para 2025 de 3,60, de forma que a Redução da Alíquota de 20% para o Exercício de 2025, não irá afetar as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuído Existentes.

TRIBUTOS MUNICIPAIS = Para o Exercício de Referência, será implantado a cobrança de Tributos, nos Distritos de Jacinópolis e Palmeiras, bem como a Revisão da Planta de Valores que será atualizada com vistas a atualização dos Valores Venais de Cada Imóvel, trazendo os cálculos ao Valor justo.

REDUÇÃO PERMANENTE DA DESPESA = Para o Exercício de Referência:

- Despesas com Pessoal: Especialmente Horas-Extras e Gratificações;
- Custos de Contratos e Serviços Terceirizados: Revisão de Contratos Vigentes;
- Diárias e Passagens: Controle e revisão de despesas com viagens, diárias e passagens aéreas, priorizando os deslocamentos essenciais e evitando gastos excessivos;
- Investimento e Obras: Revisão de projetos de investimentos e obras, priorizando aqueles de maior impacto e relevância e avaliando a possibilidade de postergar ou readequar alguns projetos;
- Despesas de Custeio: Análise de gastos com materiais de expediente, consumo de água, energia elétrica, telefonia, combustíveis, entre outros, buscando formas de economia e redução de desperdícios;
- Despesas Administrativas: Redução de contratos de alugueis, manutenção de equipamentos, entre outros, visando a redução de custos sem comprometer a operacionalidade.

CRIAÇÃO:

- NOVAS DOCC => Será implementado no próximo exercício 02 (dois) novos programas com vistas ao melhoramento da formação Profissional de nossos Estudantes, através do programa JOVEM APRENDIZ, bem como Atendimento Social de Alfabetização, através do Programa PAIC.
- NOVAS DOCC GERADAS POR PPP => Serviço Público de Manejo de Resíduos Sólidos se fundamenta na necessidade de promover a gestão sustentável dos resíduos no município, atendendo às demandas socioambientais e proporcionando benefícios para a comunidade.





Município de Nova Mamoré

22.855.183/0001-60
Av. Dom Pedro II
www.novamamore.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data	
Anexo	ANEXO II METAS FISCAIS	24/06/2024	
ID: 45557		Processo	Documento
CRC: 84CFB212			
Processo: 0-0/0			
Usuário: GABRIELA CARNEIRO MOZER			
Criação: 24/06/2024 13:52:05	Finalização: 24/06/2024 13:54:47		
MD5: B4ADD6B1E841930EF80C434B9EB965C3			
SHA256: 678423802234E0811E869D6D293EA5E9943AC0FA841962DDD8C73C905337C861			
Súmula/Objeto:			
ASSUNTO: ALTERAÇÃO DO ANEXO II METAS FISCAIS.			
INTERESSADOS			
Município de Nova Mamoré	Nova Mamoré	RO	24/06/2024 13:52:05
ASSUNTOS			
ALTERAÇÃO			24/06/2024 13:52:05
CIENTES			
FLORISMAR BARROSO RODRIGUES			24/06/2024 16:47:07
DOCUMENTOS RELACIONADOS			
Ofício 381		24/06/2024	45513
ASSINATURAS ELETRÔNICAS			
	MARCELIO RODRIGUES UCHOA	PREFEITO	25/06/2024 09:18:03
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 7.948/2024.			

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.novamamore.ro.gov.br informando o ID 45557 e o CRC 84CFB212.